



# UNFPA

# RESUMO DE IMPRENSA

BR RJCOC SH 17 01 F13

## As mulheres serão a chave do processo de desenvolvimento

NAÇÕES UNIDAS — De acordo com o Relatório sobre a Situação da População Mundial divulgado hoje pela Dr.<sup>a</sup> Nafis Sadik, directora executiva do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), se se quiserem alcançar os objectivos do «desenvolvimento sustentável» - um crescimento populacional mais lento, progresso económico sem deterioração ambiental -, devem conceder-se às mulheres mais direitos à educação, ao emprego remunerado fora de casa e à informação e serviços de planeamento familiar.

Em muitos países, as mulheres têm poucas alternativas para lá do casamento e dos filhos e tendem a ter famílias numerosas porque é isso que delas se espera. Ao mesmo tempo, estão no centro do desenvolvimento. Controlam a agricultura de subsistência, criam os filhos e fornecem trabalho doméstico não remunerado. Em todo o mundo, as mulheres têm dois empregos: em casa e fora dela, diz o Relatório. Contudo, a sua capacidade produtiva não é reconhecida em muitos casos.

Segundo o relatório, os resultados de se ignorarem as necessidades das mulheres incluem: o crescimento populacional descontrolado, uma taxa elevada de mortalidade infantil e de crianças, uma economia enfraquecida, uma agricultura ineficaz, um ambiente em deterioração, uma sociedade dividida e uma pior qualidade de vida para todos.

Se uma grande percentagem das mulheres do mundo não conseguir reduzir a sua dependência dos filhos para obter posição social e apoios e não assumir um papel na sociedade igual ao dos homens, as taxas de fecundidade manter-se-ão elevadas e a população mundial poderia triplicar, em vez de duplicar, no prazo de um século, afirma o Relatório.

O Relatório chama às mulheres «agentes de mudança». Estuda as interacções entre os seus papéis produtivo e reprodutivo e mostra que estão inextricavelmente ligados. Debruça-se sobre os factores subjacentes às mudanças relativas à população e ao desenvolvimento e sustenta que o papel e condição das mulheres são fundamentais para ambos.

O Relatório defende que, quando os filhos deixam de ser uma das fontes principais da segurança das mulheres, estas têm famílias menos numerosas. A via mais eficaz para famílias menos numerosas consiste em proporcionar às mulheres os meios necessários para a sua autodeterminação social e económica: plenos direitos na família e na sociedade, acesso ao rendimento e à progressão na carreira, educação e cuidados de saúde, e uma participação activa nas decisões que afectam as suas vidas, a mais importante das quais é a dimensão da família.

O Relatório exorta ao «Investimento das mulheres» pelos Governos. Isto inclui, além do planeamento familiar, conceder às mulheres acesso igual às terras, ao crédito, ao emprego compensador, bem como estabelecer os seus direitos pessoais e políticos.

«Introduzir as mudanças necessárias significa reconhecer as mulheres não só como esposas e mães, mas também como membros fundamentais e valiosos da sociedade. Significa que as próprias mulheres devem tomar o poder nas mãos para escolher a orientação que pretendem dar às suas vidas e ao desenvolvimento das suas comunidades. Significa repensar os planos de desenvolvimento desde o início, de modo a tomar em consideração em todos os estágios a capacidade, os direitos e as necessidades das mulheres, a fim de que a posição social e segurança das mesmas derive de toda a sua contribuição para a sociedade e não só do facto de terem filhos», disse a Dr.<sup>a</sup> Sadik.

A posição das mulheres será crucial para determinar as futuras taxas de crescimento da população, disse ela. «O grau de liberdade de que as mulheres gozam para tomar decisões que afectam as suas vidas pode ser a chave do futuro, não só dos países pobres mas também dos ricos», acrescentou.

A fim de conseguir a necessária queda dos níveis de fecundidade, para que a população estabilize em 10 milhares de milhão em aproximadamente 100 anos, o número de mulheres que utilizam o planeamento familiar, sobretudo nos países em desenvolvimento, terá de aumentar acentuadamente nas próximas duas décadas, declara o Relatório.

Actualmente 5,2 milhares de milhão, a população mundial aumentará mais de 90 milhões por ano até ao fim do século. Todos estes — com excepção de seis milhões — viverão nos países em desenvolvimento. Segundo as Nações Unidas, a população rondará os 6,25 milhares de milhão, no final do século; e alcançará cerca de 8,5 milhares de milhão em 2025. Pode parar de crescer quando atingir os 20 milhares de milhão, ou seja, o dobro do seu valor actual, talvez daqui a um século.

A fim de assegurar a projectada descida da fecundidade, o número de mulheres que recorrem ao planeamento familiar, terá de subir para 730 milhões (58 por cento) no ano 2000 e, finalmente, para 1,218 milhares de milhão (71 por cento ou o actual nível dos países industrializados) em 2025. Na África sub-saariana, isto representaria um aumento do número de utilizadores dos métodos de planeamento familiar para o décuplo até 2025.

Se isto não acontecer, as Nações Unidas estimam que a população continuará a crescer, cada vez mais e durante mais anos. O total estável poderia vir a alcançar os 14 milhares de milhão.

«Estes números só por si e as suas implicações para o futuro do mundo inteiro deveriam bastar para nos mostrar que a crise da população é uma questão que exige acção imediata e não no próximo século. Nessa altura, já será tarde de mais», diz o Relatório.

O Relatório faz uma série de recomendações de acção por parte dos Governos, organizações internacionais e não governamentais. Entre elas figuram as seguintes:

- Rever a legislação para afastar obstáculos à plena participação das mulheres na sociedade e na família em pé de igualdade com os homens e eliminar a base legal da discriminação.
- Educar tanto os homens como as mulheres, a todos os níveis, começando no sistema educativo, para aceitarem o princípio de que as mulheres e os homens são iguais em valor e têm direitos iguais na sociedade e na família.
- Promover o acesso das mulheres a posições de tomarem decisões e de liderança no governo e no sector privado e permitir a participação das mulheres na concepção e aplicação de programas que afectam as mulheres.
- Tornar o planeamento familiar uma prioridade do desenvolvimento, a que é atribuída uma importância idêntica à dos grandes investimentos económicos e conceder-lhe uma dotação orçamental não inferior a 1 por cento do PNB dos países em questão.
- Criar e aplicar leis que impõem salário igual para trabalho igual e revogar todas as leis e práticas que impedem as mulheres de possuir e administrar os recursos produtivos ou restringem estes direitos.

O Relatório também enumera vários objectivos específicos, que incluem os seguintes:

- Alargar os serviços de planeamento familiar de modo a abrangerem 500 milhões de mulheres no ano 2000.
- Aumentar a ajuda internacional destinada a programas de planeamento familiar, de 0,5 milhares de milhão de dólares por ano para 2,5 milhares de milhão até ao ano 2000.
- Reduzir a mortalidade materna pelo menos 50 por cento no ano 2000.
- Reduzir a mortalidade materna para 50 por cada 1000 nascidos vivos no ano 2000.
- Alargar a inscrição de raparigas na escola primária para pelo menos 75 por cento, no ano 2000. Em países onde o número de matrículas é particularmente baixo, garantir que a razão raparigas/rapazes na escola primária é de pelo menos 4:5 no ano 2000.
- Alargar a inscrição de raparigas na escola secundária para pelo menos 60 por cento no ano 2000. Nos países onde o número de matrículas é particularmente baixo, garantir que a razão raparigas/rapazes na escola secundária é de pelo menos 3:5 no ano 2000.
- Aumentar a taxa de alfabetismo feminino de modo que pelo menos 70 por cento saibam ler e escrever no ano 2000.

« Investir nas mulheres não é uma panaceia. Não porá termo à pobreza, nem eliminará as enormes desigualdades entre pessoas e países, não abrandará a taxa de crescimento da população, nem salvará o ambiente, nem garantirá a paz.

Mas será uma contribuição decisiva para todos esses objectivos. Terá um efeito imediato sobre a parte mais vulnerável da população mundial. E ajudará a estabelecer uma base de que as gerações futuras se podem servir para um melhor uso tanto dos recursos como das oportunidades», conclui o Relatório.